

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	171.170.601
Preferenciais	0
Total	171.170.601
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.564.652	1.467.392	1.366.184
1.01	Ativo Circulante	322.512	307.683	237.395
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	168	152	30.790
1.01.02	Aplicações Financeiras	58.755	65.179	2.668
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	58.755	65.179	2.668
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	58.755	65.179	2.668
1.01.03	Contas a Receber	25.570	20.585	18.299
1.01.03.01	Clientes	24.202	18.544	16.533
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.368	2.041	1.766
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.897	15.305	8.439
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.897	15.305	8.439
1.01.06.01.01	Imposto e contribuições a recuperar	769	516	473
1.01.06.01.02	Imposto e contribuições sobre o lucro a recuperar	11.128	14.789	7.966
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	226.122	206.462	177.199
1.01.08.03	Outros	226.122	206.462	177.199
1.01.08.03.01	Ativos de contrato	224.694	195.289	175.442
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	702	10.794	1.757
1.01.08.03.03	Serviços pedidos	726	379	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.242.140	1.159.709	1.128.789
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.241.863	1.159.420	1.128.476
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.241.863	1.159.420	1.128.476
1.02.01.10.06	Impostos e contribuições a recuperar	30	30	30
1.02.01.10.07	Ativos de contrato	1.241.833	1.159.390	1.128.446
1.02.03	Imobilizado	0	0	14
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	0	14
1.02.04	Intangível	277	289	299
1.02.04.01	Intangíveis	277	289	299

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.564.652	1.467.392	1.366.184
2.01	Passivo Circulante	69.531	62.846	52.329
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	150	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	150	0	0
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	150	0	0
2.01.02	Fornecedores	5.703	6.084	5.335
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.703	6.084	5.335
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.333	14.621	2.794
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.333	14.621	2.794
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	2.075	1.810	1.779
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	8.826	6.886	1.015
2.01.03.01.04	PIS e COFINS diferidos	7.432	5.925	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35.576	35.438	42.183
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.300	32.500	40.495
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.300	32.500	40.495
2.01.04.02	Debêntures	4.276	2.938	1.688
2.01.05	Outras Obrigações	9.769	6.703	2.017
2.01.05.02	Outros	9.769	6.703	2.017
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.140	3.656	8
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	3.438	1.685	1.240
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	2.191	1.362	769
2.02	Passivo Não Circulante	960.878	941.475	931.243
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	627.931	647.308	663.726
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	394.458	422.631	450.805
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	394.458	422.631	450.805
2.02.01.02	Debêntures	233.473	224.677	212.921
2.02.02	Outras Obrigações	164.739	146.655	138.636
2.02.02.02	Outros	164.739	146.655	138.636

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.02.07	PIS e COFINS diferidos	164.739	146.655	138.636
2.02.03	Tributos Diferidos	168.208	147.512	128.881
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	168.208	147.512	128.881
2.03	Patrimônio Líquido	534.243	463.071	382.612
2.03.01	Capital Social Realizado	171.171	171.171	171.171
2.03.04	Reservas de Lucros	363.072	291.900	211.441
2.03.04.01	Reserva Legal	23.205	18.011	13.905
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	120.333	123.486	126.362
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	55.695	31.216	13.674
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	27.772	20.291	15.545
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	136.067	98.896	41.955

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	275.328	191.210	165.270
3.01.01	Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	98.206	27.707	5.636
3.01.02	Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	177.122	163.503	159.634
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.373	-7.514	-7.428
3.03	Resultado Bruto	203.955	183.696	157.842
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.363	-1.778	-4.019
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.318	-1.731	-4.019
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-45	-47	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	201.592	181.918	153.823
3.06	Resultado Financeiro	-43.692	-57.650	-86.270
3.06.01	Receitas Financeiras	10.245	5.747	2.101
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.937	-63.397	-88.371
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	157.900	124.268	67.553
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.536	-24.608	-15.656
3.08.01	Corrente	-8.840	-5.977	-1.150
3.08.02	Diferido	-20.696	-18.631	-14.506
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	128.364	99.660	51.897
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	128.364	99.660	51.897
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,7499	0,5822	0,3032
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,7499	0,5822	0,3032

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	128.364	99.660	51.897
4.03	Resultado Abrangente do Período	128.364	99.660	51.897

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	69.147	69.790	69.440
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-47.551	-37.612	-18.266
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	128.364	99.660	51.897
6.01.01.02	Margem de receita de construção	-24.573	-20.242	-2.485
6.01.01.03	Rendimentos de aplicações financeiras	-10.738	-6.014	-2.192
6.01.01.04	Remuneração de ativos de contrato	-207.933	-189.977	-175.905
6.01.01.05	Receita de operação e manutenção	-32.890	-20.965	-5.525
6.01.01.06	Amortização do ativo intangível	12	10	12
6.01.01.09	Encargos de dividas, juros e variações monetárias e cambiais líquidas	51.080	61.364	88.077
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.696	18.631	14.506
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social correntes	8.840	5.977	1.150
6.01.01.12	PIS e COFINS diferidos	19.591	13.944	12.199
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	114.945	106.957	87.773
6.01.02.01	Ativos de Contrato	-49.625	-1.210	-3.869
6.01.02.02	Obrigações e encargos sobre a folha de pagamento	150	0	0
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	-253	-43	-151
6.01.02.04	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	6.295	-1.550	-815
6.01.02.06	Contas a receber de clientes	197.515	179.592	154.981
6.01.02.07	Adiantamento a fornecedores	10.092	-9.037	-1.719
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	326	-640	-645
6.01.02.10	Fornecedores	-381	749	-3.915
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	265	31	-3.038
6.01.02.12	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-20	-106	-144
6.01.02.16	Encargos setoriais	829	593	26
6.01.02.19	Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	-40.734	-56.149	-50.630
6.01.02.20	Imposto de renda e contribuição social pagos	-9.514	-5.273	-2.308
6.01.03	Outros	1.753	445	-67
6.01.03.01	Outras contas a pagar	1.753	445	-67

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	17.162	-56.497	14.286
6.02.02	Aplicações financeiras	17.162	-56.497	14.286
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-86.293	-43.931	-52.959
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	0	0	61.350
6.03.04	Amortização de empréstimos e financiamentos	-28.378	-28.378	-14.189
6.03.05	Amortização de debêntures	-1.207	0	0
6.03.06	Amortização de principal de mútuo	0	0	-20.000
6.03.07	Dividendos pagos	-56.708	-15.553	-80.120
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16	-30.638	30.767
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	152	30.790	23
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	168	152	30.790

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.171	0	291.900	0	0	463.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.171	0	291.900	0	0	463.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.828	-59.020	0	-57.192
5.04.08	Dividendos adicionais distribuídos - 2022	0	0	-20.291	0	0	-20.291
5.04.09	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-3.153	0	0	-3.153
5.04.10	Constituição de dividendos adicionais propostos	0	0	27.772	-27.772	0	0
5.04.11	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-987	0	-987
5.04.12	Dividendos intermediários pagos	0	0	-2.500	-30.261	0	-32.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.364	0	128.364
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.364	0	128.364
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	69.344	-69.344	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivos fiscais	0	0	24.479	-24.479	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	5.194	-5.194	0	0
5.06.06	Constituição de reserva para investimento e expansão	0	0	39.671	-39.671	0	0
5.07	Saldos Finais	171.171	0	363.072	0	0	534.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.171	0	211.441	0	0	382.612
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.171	0	211.441	0	0	382.612
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.870	-21.071	0	-19.201
5.04.08	Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	0	0	-15.545	0	0	-15.545
5.04.09	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-2.876	0	0	-2.876
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	20.291	-20.291	0	0
5.04.11	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-780	0	-780
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.660	0	99.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.660	0	99.660
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	78.589	-78.589	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	17.542	-17.542	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	4.106	-4.106	0	0
5.06.06	Constituição da reserva para investimento e expansão	0	0	56.941	-56.941	0	0
5.07	Saldos Finais	171.171	0	291.900	0	0	463.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.171	0	239.020	0	0	410.191
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.171	0	239.020	0	0	410.191
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-79.052	-424	0	-79.476
5.04.08	Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	0	0	-79.468	0	0	-79.468
5.04.09	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	416	-424	0	-8
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.897	0	51.897
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.897	0	51.897
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	51.473	-51.473	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	7.288	-7.288	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.230	-2.230	0	0
5.06.06	Reserva para investimento e expansão	0	0	41.955	-41.955	0	0
5.07	Saldos Finais	171.171	0	211.441	0	0	382.612

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	315.021	222.573	194.542
7.01.02	Outras Receitas	315.021	222.573	194.542
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	0	0	7.836
7.01.02.03	Receita de remuneração dos ativos de contrato	207.933	189.977	175.905
7.01.02.04	Receita de operação e manutenção	32.890	20.965	5.525
7.01.02.05	Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	74.198	11.631	5.276
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-69.399	-5.440	-7.520
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-49.625	-1.210	-3.869
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.774	-14.051	-4.729
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	9.821	1.078
7.03	Valor Adicionado Bruto	245.622	217.133	187.022
7.04	Retenções	-12	-10	-12
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12	-10	-12
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	245.610	217.123	187.010
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.745	6.027	2.203
7.06.02	Receitas Financeiras	10.745	6.027	2.203
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	256.355	223.150	189.213
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	256.355	223.150	189.213
7.08.01	Pessoal	4.008	2.821	3.483
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.799	2.821	3.483
7.08.01.02	Benefícios	119	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	90	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	69.972	57.163	45.130
7.08.02.01	Federais	69.968	57.163	45.130
7.08.02.03	Municipais	4	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.011	63.506	88.703
7.08.03.01	Juros	51.080	61.365	88.077
7.08.03.02	Aluguéis	73	109	332

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.03	Outras	2.858	2.032	294
7.08.03.03.02	Outras	2.858	2.032	294
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.364	99.660	51.897
7.08.04.02	Dividendos	59.020	21.071	424
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	69.344	78.589	51.473

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração**

A Administração da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 08"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. Mensagem do Presidente

Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,184 bilhões.

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R\$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior.

O investimento em 2023, atingiram a marca R\$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R\$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas).

Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados.

2. Cenário

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. – ("SPE 08 ou "Companhia") sociedade anônima de capital aberto, criada com o propósito de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. "EQTL", que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo econômico, a EQTL é uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Companhia tem por objetivo explorar e operar contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

05/2016-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), consistente na: (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR).

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. O sistema de transmissão atravessa 8 municípios no Estado do Pará.

Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$ 184,08 milhões, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022.

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial.

3. Andamento do Projeto

A Equatorial 8 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas e energizadas em quatro etapas de entrega, sendo a primeira em 03 de junho de 2019, compreendendo 13% da receita, referente a SE Rurópolis, Compensador Síncrono de reativos. A segunda em 24 de setembro de 2019, compreendendo 10% da receita, referente a LT Xingu – Altamira e Se Xingu. A terceira ocorreu em 12 de janeiro de 2020, compreendendo 19% da receita, referente a LT Altamira – Transamazônica. A quarta e última etapa de entrega ocorreu em 15 de outubro de 2020, compreendendo os demais 58% da receita, referente a LT Transamazônica – Tapajós e a SE Tapajós. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Investimentos

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 63,56 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R\$ 275,33 milhões.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2023, o total de custos e despesas foi de R\$ 73,69 milhões.

EBITDA

Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 201,60 milhões.

Resultado financeiro

Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 43,69 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 29,54 milhões.

Benefícios Fiscais

Em 30 de dezembro de 2020, A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) emitiu o Laudo Constitutivo nº 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2020 a 2029.

Os serviços de reforços e melhorias das instalações de transmissão tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 122 de 26 de setembro de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Lucro líquido

Em 2023, a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 128,36 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 663,51 milhões. A SPE 08 possui 5,36% de suas dívidas com vencimento no curto prazo.

Relacionamento com auditores externos

A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira, Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

* * *

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente de Contabilidade e Tributos
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.****Demonstrações contábeis****Índice**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	08
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	09
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	16
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS.....	26
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
7	PARTES RELACIONADAS.....	28
8	ATIVOS DE CONTRATO	29
9	FORNECEDORES	30
10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	30
11	DEBÊNTURES.....	32
12	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	34
13	PIS E COFINS DIFERIDOS.....	35
14	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS	36
15	DIVIDENDOS A PAGAR	36
16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
17	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40
18	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	41
19	RESULTADO FINANCEIRO	41
20	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	42
21	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	49
22	EVENTOS SUBSEQUENTES	49

Notas Explicativas



Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.466.527 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na

Notas Explicativas



definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Notas Explicativas



Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Notas Explicativas



Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Notas Explicativas



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.****Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	168	152	Fornecedores	9	5.703	6.084
Aplicações financeiras	6	58.755	65.179	Obrigações e encargos sobre a folha de pagamento		150	-
Contas a receber de clientes		24.202	18.544	Empréstimos e financiamentos	10	31.300	32.500
Serviços pedidos		726	379	Debêntures	11	4.276	2.938
Impostos e contribuições a recuperar		769	516	Dividendos a pagar	15	4.140	3.656
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		11.128	14.789	Impostos e contribuições a recolher		2.075	1.810
Adiantamento a fornecedores		702	10.794	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	12	8.826	6.886
Outras contas a receber		1.368	2.041	PIS e COFINS diferidos	13	7.432	5.925
Ativos de contrato	8	224.694	195.289	Encargos setoriais		2.191	1.362
Total do ativo circulante		322.512	307.683	Outras contas a pagar		3.438	1.685
				Total do passivo circulante		69.531	62.846
Não circulante				Não circulante			
Impostos e contribuições e a recuperar		30	30	Empréstimos e financiamentos	10	394.458	422.631
Intangível		277	289	Debêntures	11	233.473	224.677
Ativos de contrato	8	1.241.833	1.159.390	PIS e COFINS diferidos	13	164.739	146.655
Total do ativo não circulante		1.242.140	1.159.709	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12	168.208	147.512
				Total do passivo não circulante		960.878	941.475
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		1.564.652	1.467.392	Capital social	16.1	171.171	171.171
				Reserva de lucros	16.2	363.072	291.900
				Total do patrimônio líquido		534.243	463.071
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.564.652	1.467.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.****Demonstrações do Resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

	Nota	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	17	98.206	27.707
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	17	177.122	163.503
Receita operacional líquida		275.328	191.210
Custo dos serviços prestados	18	(71.373)	(7.514)
Lucro bruto		203.955	183.696
Despesas gerais e administrativas	18	(2.318)	(1.731)
Outras despesas operacionais, líquidas		(45)	(47)
Total de despesas operacionais		(2.363)	(1.778)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		201.592	181.918
Receitas financeiras	19	10.245	5.747
Despesas financeiras	19	(53.937)	(63.397)
Resultado financeiro		(43.692)	(57.650)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		157.900	124.268
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(8.840)	(5.977)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(20.696)	(18.631)
Impostos sobre o lucro		(29.536)	(24.608)
Lucro líquido do exercício		128.364	99.660
Lucro líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	16.3	0,7499	0,5822
Quantidade de ações no final do exercício - em mil		171.171	171.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	128.364	99.660
Total resultados abrangentes	128.364	99.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
			Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>171.171</u>	<u>13.905</u>	<u>126.362</u>	<u>13.674</u>	<u>41.955</u>	<u>15.545</u>	<u>382.612</u>
Dividendos adicionais distribuídos - 2021		-	-	-	-	-	(15.545)	(15.545)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	99.660	99.660
Destinação do lucro								-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	17.542	-	-	(17.542)
Constituição de reserva legal		-	4.106	-	-	-	-	(4.106)
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	(2.876)	-	-	-	(2.876)
Constituição de reserva para investimento e expansão		-	-	-	-	56.941	-	(56.941)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(780)
Constituição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	20.291	(20.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>171.171</u>	<u>18.011</u>	<u>123.486</u>	<u>31.216</u>	<u>98.896</u>	<u>20.291</u>	<u>463.071</u>
Dividendos adicionais distribuídos - 2022		-	-	-	-	-	(20.291)	(20.291)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	128.364	128.364
Destinação do lucro								-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	16.2 a	-	-	-	24.479	-	-	(24.479)
Constituição de reserva legal	16.2 b	-	5.194	-	-	-	-	(5.194)
Realização de reserva de lucros a realizar	16.2 c	-	-	(3.153)	-	-	-	(3.153)
Constituição de reserva para investimento e expansão	16.2 d	-	-	-	-	39.671	-	(39.671)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	-	(987)
Dividendos intermediários pagos	15	-	-	-	-	(2.500)	-	(30.261)
Constituição de dividendos adicionais propostos	16.2 e	-	-	-	-	-	27.772	(27.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>171.171</u>	<u>23.205</u>	<u>120.333</u>	<u>55.695</u>	<u>136.067</u>	<u>27.772</u>	<u>534.243</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.****Demonstração do valor adicionado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

	2023	2022
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	74.198	11.631
Receita de remuneração dos ativos de contrato	207.933	189.977
Receita de operação e manutenção	32.890	20.965
	315.021	222.573
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	(49.625)	(1.210)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.774)	(14.051)
Ativos de contrato - Ganho de realização	-	9.821
	(69.399)	(5.440)
Valor adicionado bruto	245.622	217.133
Amortização	(12)	(10)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	245.610	217.123
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.745	6.027
	10.745	6.027
Valor adicionado total a distribuir	256.355	223.150
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	3.799	2.821
Benefícios	119	-
FGTS	90	-
	4.008	2.821
Tributos		
Federais	69.968	57.163
Municipais	4	-
	69.972	57.163
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	51.080	61.365
Aluguéis	73	109
Outras	2.858	2.032
	54.011	63.506
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	59.020	21.071
Lucro retidos	69.344	78.589
	128.364	99.660
Valor adicionado	256.355	223.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.****Demonstração do fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	128.364	99.660
Ajustes para:		
Amortização do intangível	12	10
Margem da receita de construção	(24.573)	(20.242)
Receita de operação e manutenção	(32.890)	(20.965)
Remuneração do ativos de contrato	(207.933)	(189.977)
PIS e COFINS diferidos	19.591	13.944
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	51.080	61.364
Rendimentos de aplicações financeiras	(10.738)	(6.014)
Imposto de renda e contribuição social corrente	8.840	5.977
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.696	18.631
	(47.551)	(37.612)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	197.515	179.592
Impostos e contribuições a recuperar	(253)	(43)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	6.295	(1.550)
Ativos de contrato	(49.625)	(1.210)
Adiantamento a fornecedores	10.092	(9.037)
Outras contas a receber	326	(640)
Fornecedores	(381)	749
Obrigações e encargos sobre a folha de pagamento	150	-
Impostos e contribuições a recolher	265	31
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(20)	(106)
Encargos setoriais	829	593
Outras contas a pagar	1.753	445
Caixa proveniente das atividades operacionais	166.946	168.824
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.514)	(5.273)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(40.734)	(56.149)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	69.147	69.790
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	17.162	(56.497)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	17.162	(56.497)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(28.378)	(28.378)
Amortização de debêntures	(1.207)	-
Dividendos pagos	(56.708)	(15.553)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	(86.293)	(43.931)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	16	(30.638)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	152	30.790
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	168	152
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	16	(30.638)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 02 de junho de 2017, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na:

- (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230^(*) kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 61^(*) km, com origem na Subestação Xingu e término na Subestação Altamira;
- (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230^(*) kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 188^(*) km, com origem na Subestação Altamira e término na Subestação Transamazônica;
- (c) Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230^(*) kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 187^(*) km, com origem na Subestação Transamazônica e término na Subestação Tapajós;
- (d) Subestação Tapajós, em 230/138 - 13,8 kV^(*) Tapajós - 2 x 150 MVAR^(*);
- (e) Compensador Síncrono de reativos (-75/+150 MVAR^(*)) com transformadores e demais equipamentos associados; e
- (f) Compensador Síncrono de reativos (-55/+110 MVAR^(*)) com transformadores e demais equipamentos associados.

A Companhia tem prazo de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº048/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 21 de julho de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 20 de julho de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.780/2021, com validade até 22 de setembro de 2024, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 12.2	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 17	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.8 e 20	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.12.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

- **REIDI**

A Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições Contribuição para o PIS e COFINS nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- **SUDAM**

Em 30 de dezembro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A o direito a redução de 75% do IRPJ sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2020 até o ano de 2029.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

3.8 Instrumentos financeiros

3.8.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.8.2 Classificação e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.8.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.8.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Capital social

3.9.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.10 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.11 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.12 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.12.1 Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11). Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros; evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora. Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro. Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de <i>sale and leaseback</i>	IFRS 17 Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction IFRS 9 e IFRS 17	07/05/2021 01/03/2022 03/11/2022	01/01/2023 01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata) 01/01/2023	Não aplicável à Companhia Sem impactos relevantes Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia. Não aplicável à Companhia

3.12.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.	IFRS 16 IAS 1	Emissão a nível de IASB Emissão a nível de IASB	01/01/2024 01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação)

Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

IFRS 7/IAS 7

26/12/2023

01/01/2024

O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.

Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento

O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

N/A

31/08/2023

N/A

A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4 Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Companhia é de R\$ 184.079, homologado pela REH 3.216/2023. Para o ciclo de 2023-2024 o reajuste na receita da Companhia foi de R\$ 6.971 (3,94%) em comparação ao previsto no contrato de concessão.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão objeto deste contrato, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANEEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP.

A companhia possui os seguintes reforços e melhorias autorizados para construção:

- Em 09 de novembro 2021, a ANEEL por meio da REA nº 10.861/2021 autorizou a implantação de melhoria na instalação da SE Xingu autorizando a substituição do transformador 500/230/13,8 kV. A parcela da RAP estabelecida pela ANEEL é de R\$5.708 e o prazo de conclusão até 24 meses; e
- Em 11 de outubro de 2022, a ANEEL por meio da Despacho nº 2.940/2022 autorizou implantação de reforços na instalação de Altamira - Implementação do Sistema Especial de Proteção, contemplando o sistema de telecomunicação com aquisições de painel, equipamento de gerenciamento e supervisão (MUX), equipamentos de segurança (Firewalls) para rota B na LT 230 kV Xingu - Altamira C1. Prazo de conclusão de até 18 meses.

Em 13 de junho de 2023, a Diretoria da ANEEL emitiu a Resolução Homologatória – REH nº 3205/2023, que homologou o resultado parcial das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia das transmissoras Licitadas, sendo um deles, o Contrato nº 48/2017 da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. O Índice de Reposicionamento Tarifário estabelecido foi de 0,61%, aplicado a partir de 1º de julho de 2023.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	30	24
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário (CDBs)	138	128
Total	<u>168</u>	<u>152</u>

- (a) Referem-se a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 equivale a 97,0% a.a do CDI.

6 Aplicações financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Fundo de Investimento		
Cotas de fundos de investimento (a)	55.967	40.192
Recursos Vinculados (b)	<u>2.788</u>	<u>24.987</u>
Total	<u>58.755</u>	<u>65.179</u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas; e
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a do CDI (101,94% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2023		2022	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	167	-	159	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.319	-	2.645	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	94	-	93	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	107	-	105	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	348	-	280	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	18	-	17	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	317	-	275	-
Total		3.370	-	3.574	-
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	11	23	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	102	33	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	5	10	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	8	16	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	6	13	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	1	2	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	-	1	-	-
Total		133	100	-	-
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(4)	(14)	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(d)	-	-	(274)	(274)
Total		(4)	(14)	(276)	(286)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(153)	(511)	(134)	(491)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(18)	(202)	(40)	(170)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(17)	(95)	(37)	(72)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(16)	(63)	(15)	(61)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(15)	(72)	(1)	(1)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(5)	(15)	(2)	(2)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	-	(1)	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(1.886)	(437)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	-	(1)	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	(1)	(2)	-	(1)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	(698)	(2.424)	(479)	(2.019)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(e)	-	114	(553)	(553)
Total		(2.809)	(3.709)	(1.261)	(3.370)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	(4.140)	-	(3.656)	-
Total		(4.140)	-	(3.656)	-

- (a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial Energia S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (f) A variação do período está demonstrada na nota explicativa nº 15 - Dividendos a pagar.

7.1 Remuneração das pessoas chaves da administração

O pessoal-chave da Administração conta com quatro membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o período findo em 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 207 (R\$ 325 em 31 dezembro de 2022).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A (1), controladora indireta e a Equatorial Transmissão S.A.(2), controladora direta, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (**) na emissão de debêntures e apólices de seguros, abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023*
1ª Emissão de Debêntures 1ª Série (2)	102.000	100	23/05/2019	15/04/2039	102.000	124.581
1ª Emissão de Debêntures 2ª Série (2)	87.000	100	23/05/2019	15/04/2039	87.000	113.168
Apólices de Seguros (1)	1.308	100	20/09/2022	20/09/2025	N/A	N/A
	190.308				189.000	237.749

* Os valores atualizados das debêntures, estão líquidos do custo de captação.

** Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	1.354.679	32.890	206.475	(203.173)	1.390.871
Ativos de contrato em curso (d)	-	74.198	1.458	-	75.656
Total	1.354.679	107.088	207.933	(203.173)	1.466.527
Circulante	195.289				224.694
Não Circulante	1.159.390				1.241.833

	2021	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	Ganho de realização (e)	2022
Ativos de contrato em serviço	1.303.888	20.965	189.977	(181.603)	9.821	1.343.048
Ativos de contrato em curso (d)	-	11.631	-	-	-	11.631
Total	1.303.888	32.596	189.977	(181.603)	9.821	1.354.679
Circulante	175.442					195.289
Não Circulante	1.128.446					1.159.390

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de implementação e melhoria de infraestrutura, manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 17 – Receita operacional líquida. A variação das adições dos ativos de contrato em curso, comparado ao exercício de 2022 se deve, sobretudo ao pico do avanço financeiro, a partir do mês de agosto de 2023, onde houve uma realização maior da obra decorrente da REA – Resolução Autorizativa nº 10.861;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento;
- (d) Refere-se aos reforços e melhorias em andamento, relacionados a REA nº 10.861/2021, a qual tem parcela da RAP de R\$ 5.708 estabelecida pela ANEEL, com prazo de conclusão até 24 meses e ao Despacho nº 2.940/2022, com prazo de conclusão de até 18 meses; e
- (e) Variações entre a margem orçada versus a margem realizada proveniente principalmente dos efeitos inflacionários do exercício e variação nos custos operacionais.

9 Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Materiais e serviços (a)	5.679	5.788
Partes relacionadas – nota explicativa nº 7	4	276
Encargos de uso da rede elétrica	20	20
Total (b)	5.703	6.084

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão; e
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destas operações era de R\$ 61 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), que serão liquidados em até 90 dias. Não há pagamento de juros por parte da Companhia nem recebimentos de “rebates financeiros”.

10 Empréstimos e financiamentos**10.1 Composição dos saldos**

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Penhor de Ações	31.504	397.286	428.790
(-) Custo de captação			(204)	(2.828)	(3.032)
Total			31.300	394.458	425.758
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Penhor de Ações	32.704	425.663	458.367
(-) Custo de captação			(204)	(3.032)	(3.236)
Total			32.500	422.631	455.131

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.500	422.631	455.131
Encargos	28.069	-	28.069
Transferências	28.173	(28.173)	-
Amortização de principal	(28.378)	-	(28.378)
Pagamento de juros	(29.268)	-	(29.268)
Custo de captação (a)	204	-	204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.300	394.458	425.758
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.495	450.805	491.300
Encargos	37.125	-	37.125
Transferência	28.174	(28.174)	-
Amortização de principal	(28.378)	-	(28.378)
Pagamento de juros	(45.120)	-	(45.120)
Custo de captação	204	-	204
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.500	422.631	455.131

(a) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização.

10.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

	2023	
Vencimento	Valor	%
Circulante	31.300	7%
2025	28.378	7%
2026	28.378	7%
2027	28.378	7%
2028	28.378	7%
Até 2038	283.774	66%
Subtotal	397.286	94%
Custo de captação (Não circulante)	(2.828)	-1%
Não circulante	394.458	93%
Total	425.758	100%

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

10.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11 Debêntures

11.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.938	224.677	227.615
Encargos	11.514	-	11.514
Transferências	1.428	(1.428)	-
Amortizações de principal	(1.207)	-	(1.207)
Pagamento de juros	(11.466)	-	(11.466)
Variação monetária	540	10.224	10.764
Custo de captação (a)	529	-	529
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.276	233.473	237.749

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.688	212.921	214.609
Encargos	11.110	-	11.110
Transferência	416	(416)	-
Pagamento de juros	(11.029)	-	(11.029)
Variação monetária	224	12.172	12.396
Custo de captação	529	-	529
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.938	224.677	227.615

(a) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização.

11.2 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

	2023	
Vencimento	Valor	%
Circulante	4.276	2%
2025	4.897	2%
2026	7.344	3%
2027	9.792	4%
2028	12.240	5%
Até 2039	206.766	87%
Subtotal	241.039	101%
Custo de captação (Não circulante)	(7.566)	-3%
Não circulante	233.473	98%
Total	237.749	100%

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantia	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	2023		
								Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	2.070	122.511	124.581
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	2.206	110.962	113.168
								4.276	233.473	237.749

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas
- (6) Garantia Fidejussória

- (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

11.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, após exoneração da fiadora Equatorial Energia, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Covenants debêntures

1ª debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia : <= 4,5

3,7

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora : <= 5,0

4,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**12.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	157.900	157.900	124.268	124.268
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	39.475	14.210	31.067	11.183
Adições:				
Custo de construção - CPC 47/IRFS 15 (a)	12.406	4.466	302	109
Remuneração e RAP – Ativos de contrato (b)	38.642	13.911	34.221	12.319
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	50	18	-	-
Outras provisões permanentes	77	28	-	-
Total de adições (B)	51.175	18.423	34.523	12.428
Exclusões:				
Receita de ativos de contrato - CPC 47/IRFS 15	(65.635)	(23.629)	(47.968)	(17.268)
Outras exclusões	(54)	-	(57)	(20)
Outras exclusões permanentes	(483)	(164)	(23)	-
Total de exclusões (C)	(66.172)	(23.793)	(48.048)	(17.288)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL – realizados (D)	-	-	-	(346)
Deduções:				
(+) IRPJ subvenção governamental (E) (c)	(24.478)	-	(17.542)	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	-	(8.840)	-	(5.977)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(15.218)	(5.478)	(13.445)	(5.186)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(15.218)	(14.318)	(13.445)	(11.163)
Alíquota efetiva	10%	9%	11%	9%

(a) Ver nota explicativa nº. 18 - Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas;

(b) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017 que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e

(c) Ver nota explicativa nº. 3.4.1 - Benefícios fiscais.

12.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 2022	Reconhecimento no resultado	Valor líquido 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ Prejuízos fiscais	5.081	-	5.081	5.081	-
Base negativa de CSLL	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos lucros	-	68	68	68	-
Custo/Receita de construção - CPC 47/IRFS 15	(152.593)	(19.839)	(172.432)	-	(172.432)
IRPJ e CSLL diferido Outros	-	(925)	(925)	-	(925)
Total	(147.512)	(20.696)	(168.208)	5.149	(173.357)

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

12.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.015
IRPJ e CSLL correntes do exercício	5.977
Tributos retidos/antecipações IRPJ/CSLL	(106)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.886
IRPJ e CSLL correntes do exercício	8.840
Reclassificação de IRPJ e CSLL	2.634
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	(9.514)
Tributos retidos IRPJ/CSLL	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.826

12.4 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2026, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	5.149	5.149

13 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	74.198	11.631
Receita de remuneração dos ativos de contrato	207.933	189.977
Ativos de contrato - Ganho de realização	-	9.821
	282.131	211.429
PIS/COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i)	26.097	19.557
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(6.506)	(5.613)
Saldo no início do exercício (iii)	152.580	138.636
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	172.171	152.580
Circulante	7.432	5.925
Não circulante	164.739	146.655

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da RAP mensal.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Provisão para riscos judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 197 (R\$ 539 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

	2023	2022
Trabalhista	77	356
Cível	120	183
Total	197	539

14.1 Trabalhista

A Companhia figura como ré em 1 processo trabalhista em 31 de dezembro de 2023 (1 processo em 31 de dezembro de 2022), referente à responsabilidade subsidiária. O processo nº 0000500-06.2020.5.08.0103 foi avaliado pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 77 (R\$ 356 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão.

14.2 Cível

A Companhia figura como ré em 3 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (3 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, referem-se à danos materiais por constituição de servidão e servidão de passagem.

Em 31 de dezembro de 2023, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo nº 0001322-11.2019.8.14.0071, de danos materiais por constituição de servidão no montante de R\$ 74 (R\$ 0 em 31 de dezembro 2022).

15 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	128.364	99.660
(-) Reserva de incentivo fiscal	(24.479)	(17.542)
(-) Reserva legal	(5.194)	(4.106)
Lucro líquido ajustado	98.691	78.012
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	987	780
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	3.153	2.876
Dividendos adicionais propostos	27.772	20.291
Total dividendos	31.912	23.947

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	8
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	15.545
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	780
Dividendos da reserva de lucros a realizar	2.876
Pagamento de dividendos no exercício	(15.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.656
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	20.291
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	987
Dividendos da reserva de lucros a realizar	3.153
Dividendos intermediários distribuídos	32.761
Pagamento de dividendos no exercício	(56.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.140

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 171.171.

Os acionistas da Companhia integralizaram totalmente seu capital social até a data prevista de 31 de dezembro de 2023, conforme definido na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital está representado por 171.170.601 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 330.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

16.2 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	55.695	31.216
Reserva legal	(b)	23.205	18.011
Reserva de lucros a realizar	(c)	120.333	123.486
Reserva para investimentos e expansão	(d)	136.067	98.896
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	27.772	20.291
Total		363.072	291.900

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$ 55.695 (R\$ 31.216 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R\$ 24.479 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizado no exercício de 2023.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	128.364	99.660
(-) Reserva de incentivo fiscal	(24.479)	(17.542)
Lucro ajustado	103.885	82.118
(-) Reserva legal (5%)	5.194	4.106

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 120.333 (R\$123.486 em 31 de dezembro de 2022).

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	123.486	126.362
Realização	(3.153)	(2.876)
Saldo final em 31 de dezembro	120.333	123.486

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, itens III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 136.067 (R\$ 98.896 em 31 de dezembro de 2022).

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado em nota explicativa nº 22 – Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 27.772 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 20.291 em 31 de dezembro de 2022).

16.3 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2023		2022	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	128.364	128.364	99.660	99.660
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	171.171	171.171	171.171	171.171
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,7499	0,7499	0,5822	0,5822

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

17 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	74.198	11.631
Receita de operação e manutenção (b)	32.890	20.965
	107.088	32.596
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(5.963)	(1.527)
PIS/COFINS diferidos	(357)	(1.076)
ISS	(4)	-
Encargos do consumidor (c)	(2.558)	(2.286)
	(8.882)	(4.889)
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	98.206	27.707
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	207.933	189.977
PIS/COFINS corrente	(11.577)	(8.901)
PIS/COFINS diferidos	(19.234)	(17.573)
Receita de remuneração dos ativos de contrato, líquidas	177.122	163.503
Receita operacional líquida	275.328	191.210

- (a) Receita decorrente da REA – Resolução Autorizativa 10.861, referente ao Reforço e Melhoria autorizada pela ANEEL. Sendo que em agosto de 2023 ocorreu uma realização maior na obra *versus* margem, gerando um impacto na receita;
- (b) O aumento da receita de operação e manutenção é reflexo da variação do custo de O&M e da reversão na linha de ganho e perda contra receita de operação;
- (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 – Ativos de contrato.

17.1 Margens das obrigações de performance

Implementação e melhoria de infra estrutura	2023	2022
Receita (líquida de PIS e COFINS diferidos)	67.334	10.556
Ganho de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	-	8.913
	67.334	19.469
Custo	(49.625)	(1.210)
Margem (R\$)	17.709	18.259
Margem percebida (%) (*)	26,30%	93,78%
Margem orçada no início do contrato (%)	28,41%	28,41%
Operação e manutenção		
Receita	32.890	20.965
Custo	(21.748)	(15.217)
Margem (R\$)	11.142	5.748
Margem percebida (%) (**)	33,88%	27,42%
Margem orçada no início do contrato (%)	28,41%	28,41%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de construção.

(**) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na operação) identificados ao longo da fase de operação. O aumento da receita de operação e manutenção é reflexo do crescimento do custo de O&M e o efeito da reversão do ganho na variação de margem que é direcionada para a conta de receita de O&M.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

18 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2023				Despesas gerais e administrativas
	Custo de construção (a)	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(3.089)	(22)	(3.111)	(1.140)
Material	(35.721)	(454)	(11)	(36.186)	(19)
Serviços de terceiros	(13.900)	(18.039)	(35)	(31.974)	(846)
Arrendamento e aluguéis	-	(67)	-	(67)	(7)
Amortização do ativo intangível	-	-	(12)	(12)	-
Outros	(4)	-	(19)	(23)	(306)
Total	(49.625)	(21.649)	(99)	(71.373)	(2.318)

	2022				Despesas gerais e administrativas
	Custo de construção (a)	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(2.156)	(11)	(2.167)	(658)
Material	(614)	(672)	-	(1.286)	(1)
Serviços de terceiros	(480)	(11.754)	(398)	(12.632)	(909)
Arrendamento e aluguéis	-	(103)	(2)	(105)	(4)
Amortização do ativo intangível	-	-	(10)	(10)	-
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	-	-	8.913	8.913	-
Outros	(116)	-	(111)	(227)	(159)
Total	(1.210)	(14.685)	8.381	(7.514)	(1.731)

(a) A variação nos saldos de custo de construção é devido, principalmente, as obras de reforço e melhoria em agosto de 2023, decorrente da REA – Resolução Autorizativa 10.861/2021 autorizada pela ANEEL.

19 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	10.738	6.014
PIS/COFINS sobre receita financeira	(500)	(280)
Outras receitas financeiras	7	13
Total	10.245	5.747
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(40.316)	(48.968)
Variação monetária da dívida (a)	(10.764)	(12.396)
Juros, multas s/ operação de energia	(1)	(6)
Outras despesas financeiras	(2.856)	(2.027)
Total	(53.937)	(63.397)
Resultado financeiro	(43.692)	(57.650)

(a) A redução nos encargos e variação monetária da dívida, deu-se em função da variação do IPCA, que acumulado até dezembro de 2022 estava em 5,79% e acumulado até dezembro de 2023, fechou em 4,62%.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

20.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

20.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	168	168	152	152
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	58.755	58.755	65.179	65.179
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	24.202	24.202	18.544	18.544
Total			<u>83.125</u>	<u>83.125</u>	<u>83.875</u>	<u>83.875</u>

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.703	5.703	6.084	6.084
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	425.758	428.790	455.131	458.367
Debêntures	-	Custo amortizado	237.749	320.359	227.615	184.376
Total			669.210	754.852	688.830	648.827

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Contas a receber de clientes – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

Empréstimos e financiamentos - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); e

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A.

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 11.361 (R\$ 152 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios.

Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 e 11 (empréstimos e financiamentos e debêntures, respectivamente).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	2023						
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	425.758	604.103	-	51.082	48.971	137.857	366.193
Títulos de dívida emitidos com garantia	237.749	545.379	-	16.805	19.864	78.174	430.536
Fornecedores	5.703	5.703	5.703	-	-	-	-
Total	669.210	1.155.185	5.703	67.887	68.835	216.031	796.729

Fonte: Focus

(*) Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e 11, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	58.893	64.806	66.284	67.762	63.328	61.850
Impacto no resultado				1.478	2.956	(1.478)	(2.956)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(674.635)	(717.272)	(727.931)	(738.590)	(706.613)	(695.953)
Impacto no resultado				(10.659)	(21.318)	10.659	21.318
Efeito líquido no resultado				(9.181)	(18.362)	9.181	18.362
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Demonstração dos fluxos de caixa

21.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	987
Realização da reserva de lucros a realizar	3.153
Dividendos intermediários distribuídos	32.761
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	20.291
Total	57.192

21.2 Mudanças nos passivos atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	455.131	(28.378)	(29.268)	28.273	425.758
Debêntures	227.615	(1.207)	(11.466)	22.807	237.749
Dividendos a pagar	3.656	(56.708)	-	57.192	4.140
Total	686.402	(86.293)	(40.734)	108.272	667.647

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas e dividendos a pagar.

22 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 27.772, decorrentes do resultado do exercício.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Carlos Augusto Leone Piani

Comitê de Auditoria Estatutário

Carlos Augusto Leone Piani

João Alberto da Silva Neto

Tiago de Almeida Noel

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-DF

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.466.527 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para

os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A, nos termos do inciso VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Joseph Zwecker Junior, Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro / Relação com os Investidores; Cristiano Lima Logrado, Diretor; Ailton Costa Ferreira, Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira, Diretor, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.